

BOLETIM informativo



Mala Direta
Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

SISTEMA FAEP

Ano XXVI
nº 1124

31 de janeiro a 6
de fevereiro de 2011

Tiragem desta edição:
24.000 exemplares



www.sistemafaep.org.br | www.twitter.com/SistemaFAEP

:: ASSEMBLEIA FAEP



Fôlego novo



:: A expectativa dos produtores com o novo governo



:: CLIMA

Como funciona a meteorologia no Paraná e no Brasil



pg 19

2 Assembleia FAEP

Aprovação da gestão 2010 e planos para 2011



Arquivo

10 Café

Uma nova fase

13 Show Rural

Pesquisa e tecnologia

14 Cenário

Leitura rápida

16 Via Rápida

A imprensa, os peixes, a zebra, São Longuinho, as formigas e o crocodilo!

19 Meteorologia

O controle do clima



Divulgação

24 Posses e Cursos

Novas direções

27 BB

Novidades no crédito

28 Aldo Rebelo

Críticas à Folha de S. Paulo



Novos tempos

Três secretários de Estado apresentam seus planos aos conselheiros da FAEP

Os tempos são outros e como diz o ditado é conversando que a gente se entende. Em vez da truculência, o diálogo, em vez da ira, o bom senso. A Assembleia Geral do Conselho de Representantes da FAEP, reunida na segunda feira, dia 24, em Curitiba, não foi apenas um exercício burocrático de avaliação do que ocorreu no ano passado. Fez isso, é de praxe, mas o encontro trouxe efeitos práticos.

A presença de três secretários de Estado que compreendem o papel da agropecuária na economia paranaense proporcionou um relato de seus planos aos conselheiros e dirigentes sindicais. Foram aplaudidos ao mostrar que conhecem o Estado e são do ramo. Lá estiveram Norberto Ortigara, da Agricultura, Ricardo Barros, da Indústria e Comércio e Jonel Iurk, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, todos acompanhados de diretores dos principais órgãos vinculados.

“Creio que teremos um governo amigável, que vai procurar nos ajudar no que for preciso. A FAEP montou um conjunto de propostas de interesse da agropecuária, desde intervenções na infra-estrutura, na logística, até soluções para problemas de educação e saúde”, lembrou o presidente da instituição, Ágide Meneguette (veja a íntegra a partir da pg. 3).

Ortigara anunciou a criação da Agência de Defesa Agropecuária, proposta pela FAEP em documento formulado no ano passado; Ricardo Barros revelou a adoção de políticas para a reinserção do Paraná como destino de investimentos nacionais e internacionais. E Iurk, prático, apresentou a proposta de reunião de trabalho entre os técnicos da secretaria do Meio Ambiente e da FAEP, a partir de 31 de janeiro para debater: o Plano de governo Beto Richa 2011-2014; o Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná-FAEP e a legislação ambiental Estadual e Federal. Não só isso. Garantiu que as ações da Força Verde não terão mais o caráter opressivo, ou como disse o presidente do Sindicato de Nova Prata, Reinério Weber, “amedrontando até crianças e armados até os dentes”.

A opinião da FAEP

A avaliação das questões nacionais e do Estado, pelo presidente Ágide Meneguette

Com a posse de novos governantes e de novos parlamentares estaduais e federais, o passado serve apenas como ponto de partida para um novo tempo.

Precisamos ter em mente que o mundo ainda atravessa uma profunda crise. Mesmo que em alguns momentos ela pareça ter arrefecido, - ressurgirá virulenta na Europa ou insiste em manter-se ativa nos Estados Unidos. O resto do mundo também sofre as consequências.

Apesar dos efeitos da crise no Brasil ter sido de menor impacto, graças às providências tomadas lá atrás, como o Plano Real, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - o Proer; a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras providências fundamentais, nós vamos senti-la por alguns anos.

Não poderia ser de outra forma, uma vez que o setor agropecuário é grande exportador e está, portanto, ligado aos mercados internacionais. Aliás, é o setor que tem conseguido obter para o Brasil saldos líquidos na balança comercial, sem o que estaríamos hoje em situação ainda pior, uma vez que a balança de pagamentos de nosso país já é negativa em razão da queda de competitividade tanto de nosso setor como da indústria e do comércio.

Mesmo que a agropecuária e o agrogócio tenham se mostrado altamente competitivos, ainda assim sofrem as consequências danosas de uma política federal que tem privilegiado a ganância desenfreada ao invés da sustentação de padrões administrativos coerentes com a nossa real situação.

A despesa com a máquina administrativa oficial tem subido bem acima dos índices inflacionários, embora os serviços

que ela presta não estejam a altura de seu custo exorbitante. A arrecadação aumenta a ponto de o Brasil ostentar uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas pouco resta para investimentos indispensáveis.

SEGUE >>>>>

Fotos: Lineu Filho





Yurk e as relações agronegócio/meio ambiente

O secretário do Sema (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), Jonel Yurk, surpreendeu os participantes da Assembleia ao propor a criação imediata de um grupo de trabalho de técnicos da Sema e da FAEP, que, de forma conjunta, analisará a legislação ambiental, seus bônus e ônus, vantagens e desvantagens, contribuindo para que o bom senso prevaleça nas relações do agronegócio com o meio ambiente. “O Brasil será o celeiro do mundo. Num futuro recente caberá ao Brasil a possibilidade de sustentar a população mundial”, lembrou Yurk. A nova postura dos órgãos ambientais puderam ser percebidas pelo compromisso assumido pelo presidente do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), Tarcisio Mossato Pinto de rever os critérios de compensação do produtor rural nas questões ambientais. “Não vamos abrir mão de preservar o meio ambiente, mas de forma racional, não como vinha sendo feito”, afirmou. A auto declaração para outorga da água e facilidade no processo de gestão desde que o consumo seja inferior a 1,8 m³/h. foi apresentada pelo novo presidente do Instituto das Águas do Paraná, Everton Costa Souza, diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas. Para mudar as atitudes da Força Verde, Yurk informou já ter se reunido com o secretário de Segurança e o mesmo ocorrerá com o comando da Polícia Militar. Numa demonstração para o diálogo com os produtores, Yurk lembrou de uma frase do discurso de posse do governador Beto Richa; “Não proponho a padronização das ideias, prometo a liberdade das diferenças”.

A infraestrutura e o câmbio

Não por acaso nossos portos estão sucateados. O custo do transporte é indecente porque as rodovias estão em péssimo estado. As que estão em condições, têm pedágios escorchantes. As ferrovias são ineficientes, mas por serem monopólios sem qualquer tipo de fiscalização, cobram fretes rodoviários.

O país chegou a um ponto crucial de decisão. Ou muda suas políticas fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária ou vamos enfrentar problemas muito sérios de agora em diante. O país não é mais viável sem as reformas que a situação exige.

Tudo isso me leva acreditar que vai haver mudanças para valer na política econômica brasileira, isto porque o comportamento da economia vai depender da orientação que o governo federal imprimir a partir deste mês e das medidas que as maiores economias mundiais adotarem.

Nossa moeda está sobrevalorizada, mais do que na grande maioria dos países. Em que pese a alta momentânea dos preços da agropecuária, os preços que recebemos apenas parecem estar na normalidade.

Mas é real o fato de que estamos deixando de ganhar porque as moedas importantes - o dólar e o euro - estão em baixa e a moeda chinesa artificialmente deprimida, desorganizando o comércio internacional

Esta situação cria insegurança, porque na volta à normalidade da oferta das commodities agrícolas em todo mundo, os preços internacionais devem cair e pode cair também a nossa renda, com a volta ao prejuízo.

Por essa razão é grande a nossa expectativa em relação aos rumos econômicos que tomará o governo federal.

As questões políticas

Também nos preocupa os rumos políticos que serão tomados, lembrando que ainda pesa sobre nossas cabeças a ameaça de alguns dispositivos do decreto que aprovou os Direitos Humanos, em dezembro de 2009. O mais preocupante é aquele que dispõe sobre o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei modificando o instituto da reintegração de posse em caso de invasão.

Lembro que esse dispositivo previa uma audiência pública com a participação de autoridades, da vítima da invasão e, por incrível que parece, também do invasor em igualdade de condições.

Continua a ameaça de revisão dos índices de produtividade para efeito de desapropriação de propriedades para reforma agrária e querem somar a eles exigências de cunho trabalhista e ambiental não previstas na Constituição e, portanto, ilegais.

Há forças que estão cada vez mais ousadas, querendo nos destruir, querendo nos garrotear”

Ágide Meneguette

Há décadas, a titulação das propriedades na faixa de fronteira continua insolúvel, apesar dos esforços feitos pela FAEP e pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura) para que o governo federal agilize os procedimentos. Pelas normas do governo, também é uma ameaça ao direito de propriedade porque também aqui querem exigir a função social, afrontando a Constituição.

O novo Código Florestal ainda depende de aprovação pelo Congresso e enfrenta poderosas correntes contrárias.

Os investimentos do governo na infraestrutura, da qual a agropecuária depende visceralmente, são reduzidos e há uma relutância inexplicável em transferir a operação e construção de portos, rodovias e ferrovias para a iniciativa privada.

É preferível pagar pedágios - desde que sejam justos - a não ter um eficiente sistema de escoamento de safras.

Vira e mexe, aparece um projeto de lei querendo acabar com a contribuição sindical ou tirar do sistema CNA propriedades com até quatro módulos rurais. É preciso estar sempre atento, mobilizando nossos parlamentares para frustrar estas tentativas espúrias e de caráter nitidamente político.

O futuro destas providências ainda é incerto uma vez que o novo governo da República está começando agora.

A incerteza nos leva a ter cautela. Tenho enfatizado sempre que posso que o nosso setor precisa se instrumentalizar para enfrentar problemas políticos, jurídicos e econômicos.

Massa crítica

Não é sem razão que o sistema FAEP/SENAR-PR tem procurado levar a dirigentes e produtores cursos para aumentar o senso crítico e de análise, bem como a ação mobilizadora para dar condições de pressão política ao setor.

Estamos começando a ter massa crítica e aprendendo a mobilizar deputados e senadores e a reivindicar em favor dos nossos interesses. Vamos continuar trabalhando para que essa massa crítica aumente e com isso, fortalecer o nosso poder de influência junto aos governos e aos Paramentos.

SEGUE »»»»»

Fotos: Lineu Filho



Ortigara: o desafio de agregar valores

Setenta por cento da riqueza do Paraná, na década de 70, estava no interior, mas o processo se inverteu. Há três anos esse mesmo percentual compunha a economia da Região Metropolitana de Curitiba e apenas 30% no interior. Hoje, dos 399 municípios do Estado, apenas 33 possuem mais de 50 mil habitantes e 366 municípios estão abaixo dessa população, enquanto 339 deles tem menos do que 20 mil habitantes. “Esse é um quadro que gera e pode perpetuar as desigualdades”, disse Norberto Ortigara, secretário de Agricultura, na Assembléia da FAEP, “há uma concentração econômica, populacional e institucional do Paraná”. Como o principal espaço agrícola do país, 88% da economia paranaense vem da atividade agropecuária, fruto de propriedades com até 50 hectares que compõem o quadro fundiário, onde há uma pauta de 500 itens, mas apenas nove deles respondem por 75% do Valor Bruto da Produção. “Nosso desafio é produzir com valor agregado”, disse Ortigara. Com esse retrato, o novo secretário da Agricultura fez um diagnóstico da economia e afirmou que o governo buscará desconcentrar o desenvolvimento e aumentar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) médio das cidades. “Um: governo mais aberto, que converse, que seja parceiro e mobilize soluções para o avanço”.



Micheletto: Código exige mobilização

Durante a Assembleia, o deputado Moacir Micheletto lembrou de dois temas importantes na pauta de 2010: a aprovação do Fundo de Catástrofe e o relatório da Comissão Especial do Código Florestal, da qual foi presidente. “Fomos a exaustão no parlamento nas negociações internas para aprovação do relatório do Código na Câmara dos Deputados e havia clima para aprovação no Senado”. Micheletto ressaltou a necessidade de mobilização dos produtores e do trabalho junto aos governadores para que a aprovação não fique apenas na dependência dos parlamentares.

Afirmou que o presidente da Câmara e candidato à reeleição, deputado Marcos Maia, afirmou que “por bem ou por mal o relatório será aprovado na Câmara”.

Sobre a tentativa de relacionar a catástrofe no Rio de Janeiro com o novo Código Florestal, Micheletto lembrou ter notado “a estratégia silenciosa da OCB e da CNA que nos preocupa. Independente das vaidades existentes, esta conquista está nas mãos das entidades”.

A FAEP e o governo do Estado

Em relação ao governo do Estado as previsões são melhores, porque há mais clareza em relação à nova administração.

Para iniciar, parece que teremos um governo amigável, que vai procurar nos ajudar no que for preciso.

Além disso, começamos a ter boas relações antes mesmo da eleição. A FAEP montou um conjunto de propostas de interesse da agropecuária, desde intervenções na infraestrutura logística, até soluções para problemas de educação e saúde.

A grande maioria das propostas era coincidente com propostas apresentadas por outros setores e contidas nos programas dos candidatos.

Havia, contudo, duas delas como novidades na gestão pública do Paraná.

A primeira era a criação da Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, em substituição ao atual sistema de defesa da Seab (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná). O objetivo, contido no documento entregue ao novo governador é tornar mais ágil e eficaz a ação fiscalizadora do sistema de defesa.

O Paraná é um grande exportador de produtos derivados da agropecuária e, portanto, está sujeito às normas internacionais de sanidade. Para conquistar e manter mercados, tanto em nosso país como no exterior, a produção de derivados da agropecuária tem que estar em conformidade com as exigências dos compradores. Sem isso, estamos sujeitos a regredir em nosso comércio, como infelizmente sofremos no bolso na ocorrência da febre aftosa em 2005. Aquela foi uma exemplar e definitiva lição.

A outra importante contribuição da FAEP ao novo governo foi a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico, cujas peças constitutivas também foram elaboradas por nossa equipe junto com consultores.

Nestes últimos anos, o Paraná careceu de investimentos produtivos. Foram poucas as novas indústrias ou mesmo a ampliação das existentes. Algumas até fecharam e se deslocaram para outras regiões do país.

Na verdade não houve empenho em atrair investimentos e, com isso, a criação de novos empregos, de mais renda e de mercado para matérias-primas paranaenses, principalmente as de origem agropecuária.

A nova Agência de Desenvolvimento foi talhada para cumprir o papel de incentivador da expansão das empresas existentes e de buscar investimentos onde houver investidores interessados em bons negócios.

Creio que esta ação deve provocar uma nova revolução no desenvolvimento, inclusive com impacto direto no nosso setor.

Permanente alerta!

O que vem por aí, portanto, ainda é uma grande incógnita.

Espero, sinceramente, para o nosso bem, para o bem de nosso país, que a nova presidente da República acerte. Que faça uma gestão eficiente e eficaz, justa e democrática.

Que ela saiba discernir bem entre o que é ideológico - que atende apenas a uma parte da população - e o que é o interesse do Estado, o interesse de toda a coletividade.

Mas é preciso estar alerta, permanentemente alerta!

No Congresso, serão apresentados novos projetos ou revividos antigos com o sentido perverso de prejudicar setores da economia e da sociedade. Como estes que querem reduzir o número de filiados ao sistema sindical patronal rural.

Ou do tipo que quer limitar a área de propriedade, ou aumentar os índices de produtividade, apresentado por quem não conhece nada de agricultura e pecuária.

Ou, ainda, se algum parlamentar ousar apresentar projetos previstos no Decreto dos Direitos Humanos, como aquele que estabelece a audiência pública em casos de invasões, um atentado flagrante ao direito de propriedade.

Ou ainda cercear a liberdade de imprensa, que significa o começo do fim da nossa própria liberdade. É preciso estar atento, conscientizar nossas comunidades e mobilizar os nossos representantes.

Vigiar sempre... e agir quando for necessário com o vigor que imponha respeito.

Ser líder do sistema sindical rural é hoje uma tarefa muito mais necessária do que foi no passado. Nestes últimos oito anos aprendemos muito e foi um bom exercício de cidadania.

Mas vai ser preciso mais porque há forças que estão cada vez mais ousadas, querendo nos destruir, querendo nos garrotar.

Que cada um dos que aqui se encontram seja um líder responsável e corajoso na luta contra as adversidades e na busca de dias melhores para nossos produtores e suas famílias. Dias melhores para toda a sociedade brasileira.

Ágide Meneguette
Presidente do Sistema FAEP

Fotos: Lineu Filho



Ricardo Barros: atração de investimentos

Ricardo Barros, secretário de Indústria e Comércio discorreu sobre a mudança de comportamento do governo estadual que se utilizará de sua secretaria como instrumento de atração de investimentos e fortalecimento das empresas paranaenses. Apresentou números em que a taxa de crescimento e a participação do Paraná no PIB nacional decresceram na última década. Da mesma forma, houve a perda de competitividade do Paraná e a taxa média de crescimento esteve abaixo da nacional.

Para a agricultura prometeu implementar a oferta de linhas de crédito para os programas:

- Trator solidário (agricultores familiares);
- Banco Social (empréstimos de R\$ 2 a R\$ 10 mil)
- Irrigação noturna;
- Apoio aos pequenos produtores.

FAEP: contas e atividades

Além da aprovação da Ata da Assembleia anterior; os conselheiros da FAEP aprovaram as contas da Gestão Financeira e o Relatório de Atividades de 2010; o Plano Anual de Trabalho e o Orçamento da Receita e Despesa do exercício de 2011 e outros temas importantes do Sistema FAEP

Lineu Filho



SENAR-PR aprova prestação de contas 2010

Os integrantes do Conselho Fiscal do SENAR-PR aprovaram a prestação de contas da instituição, em reunião realizada no último dia 18, na sede do Sistema FAEP, em Curitiba. O presidente do conselho Administrativo, Ágide Meneguette ressaltou a importância da união entre SENAR-PR, Fetaep, Ocepar e Fecomércio na construção de uma educação continuada para o setor agropecuário. “Cada dia da vida é uma aula nova, por isso vamos transformar todos os dias deste novo ano em novas oportunidades de aprendizagem”, comentou Meneguette.

Além das informações financeiras os conselheiros receberam informações sobre as capacitações. Em 2010 foi registrado um aumento de 9% da carga horária em relação ao ano anterior, pois foram ministradas 269.145 horas/aula, em 10.444 cursos. Os cursos englobam FPR (Formação Profissional Rural), FS (Formação Social) e outros, e atenderam 203.215 participantes.

:: VISITAS



Seab

Na Agricultura...



Seab

... na Sema...



Agência Estadual de Notícias

... e na Emater

Ágide Meneguette em encontros com órgãos do governo estadual

Para discutir diretrizes e ações voltadas ao agronegócio paranaense, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, participou de vários encontros com órgãos do governo estadual durante a semana passada. Seab (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná), Emater, Sema (Secretaria do Meio Ambiente do Estado), Secretaria da Fazenda, Secretaria da Casa Civil, Secretaria da Indústria e Comércio, Emater e Secretaria de Planejamento, estiveram na agenda do presidente.

Mudanças no zoneamento do trigo

O período de semeadura começa no dia 11 de março e termina no dia 20 de julho

O Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) estabeleceu, em 17 de dezembro de 2010, o zoneamento agrícola para o plantio de trigo no Paraná para a safra 2010/2011. A medida foi baseada na Portaria nº 446. A engenheira agrônoma do Departamento Técnico e Econômico da FAEP Carla Beck, destaca que, na comparação com os anos anteriores, ocorreram várias alterações para o plantio do trigo, entre elas a formação de grupos com ciclos diferentes para cada região. “Antes todos os ciclos eram de 150 dias”, observa Carla. As cultivares - Coodetec, Embra-pa, Iapar, Or/Biotrigo, IAC, Biotrigo Genética e Funda-cep - serão agrupadas conforme o ciclo de cada região. “Como o zoneamento deste ano teve mudanças significativas em relação à safra passada, a FAEP recomenda que os produtores consultem junto com a assistência técnica o zoneamento para checar se alguma cultivar mudou de grupo na sua região de atuação”, alerta.

Segundo a agrônoma, o zoneamento agrícola estabelecido pelo Mapa deve ser seguido pelos agricultores para que eles tenham acesso ao financiamento do crédito rural oficial em instituições bancárias e na contratação do seguro rural e do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária). O período de plantio do trigo inicia no dia 11 de março e se estende até o dia 20 de julho.

Confira abaixo análise dos principais pontos a serem observados no zoneamento agrícola do trigo:

Grupos:

A nova portaria agrupou as variedades conforme o ciclo para cada região. Os grupos têm ciclos diferentes para cada região.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas, observada as regiões de adaptação como observa-se na tabela a seguir:

NÚMERO DE DIAS DA EMERGÊNCIA À MATUREZA PONTO DE COLHEITA

REGIÃO	GRUPOS		
	I	II	III
1	<130	130-140	>140
2	120	120-141	>141
3	<115	115-130	>130

Fonte: Portaria nº446/2010 | Elaboração: DTE/FAEP

Solos:

A nova portaria manteve a recomendação de que é considerado apto ao cultivo de trigo de sequeiro no estado do Paraná os solos tipo 2 e 3, seguindo as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2 de 9 de outubro de 2008.

Cultivares indicadas

As cultivares tiveram modificações importantes em relação à safra anterior. Algumas delas, anteriormente indicadas, foram excluídas ou remanejadas de grupo e região nesta portaria. Através do site <http://www.sistemafaep.org.br/noticia.aspx?id=340>, você pode consultar a tabela com as novas recomendações. No mesmo endereço, você pode acessar a tabela de semeadura por município.

Período indicado para a semeadura

Os municípios aptos ao cultivo e períodos indicados para a semeadura mantiveram-se os mesmos da portaria anterior. Entretanto, para alguns deles (que estão destacados na portaria), agora há a obrigatoriedade do uso de plantio direto para a implantação da lavoura no solo tipo 2 (argiloso). Essa obrigatoriedade se deve principalmente por motivo de déficit hídrico durante o ciclo da cultura.

por **Christiane Kremer****“Paraná tem safra recorde de café”****“Estado produziu 28% da safra mundial de café”****“Cafecultores do Paraná colhem 21,3 milhões de sacas”**

Essas manchetes dos jornais na década de 60 não surpreendiam, porque o café reinava soberano na economia do Paraná. Esse cenário terminou em 1975, quando a “geada negra” dizimou os cafezais e o interior do Estado passou por uma completa transformação surgindo nos campos o trinômio soja-trigo-milho.

Gradualmente o café foi perdendo espaço, tanto assim que na última década ocorreu uma redução de 35% em sua área plantada, por consequência sua participação na produção nacional. Na safra de 2009/2010, por exemplo, o Paraná foi responsável por apenas 4,7% das 48 milhões de sacas de 60 quilos produzidas no Brasil.

Os cerca de 12 mil produtores, que ainda permanecem na atividade, sofrem com a falta de renda e de políticas públicas eficientes, endividamento, falta de modernização, alto custo de produção e baixo preço pago. Entraves esses que estão levando muitos produtores ao abandono da atividade.

Foi para reverter esse cenário e evitar a erradicação que o Sistema FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e outras entidades começaram a elaborar um plano para mudar os rumos da cafeicultura. Técnicos e especialistas da FAEP, CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Seab (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná), Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná) e Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), formaram no ano passado um grupo de trabalho para estudar soluções aos principais gargalos enfrentados pelos produtores e elaborar um plano de revitalização para a cultura.

“O objetivo é manter o produtor na atividade, mas com renda satisfatória. Por mais que o café tenha perdido em área e peso na economia, a produção ainda tem grande importância socioeconômica para o Estado”, explica o engenheiro-agrônomo do Departamento Técnico Econômico da FAEP Claudius

O café vai voar e a febre no P

Um plano de revitalização do Sistema FAEP e outras entidades para reverter a situação do café no Estado

QUADRO - 1-VII - ESTIMATIVAS DOS ESTOQUES ACUMULADOS DE CAFÉ - 1955-1963 (milhões de sacas)

Ano	Produção exportável	Exportação	Estoque
1955/1956	22,1	17,0	6,8
1956/1957	12,5	14,9	5,4
1957/1958	21,6	13,6	13,4
1958/1959	26,8	14,5	25,7
1959/1960	35,8(1)	17,9	41,6
1960/1961	22,3(2)	16,1	47,8
1961/1962	29,0(3)	16,7	60,1
1962/1963	19,5(4)	17,0(5)	62,6

Os estoques governamentais, compostos principalmente de excedentes paranaenses, compreendem uma parcela de 16 milhões de sacas de tipo inferior destinada ao consumo interno e aproximadamente 27 milhões de sacas de café de tipo exportável provavelmente com elevada percentagem de café rio e riado.

Relatórios de estimativas de produção e estoques de 1963 dão ideia do poder da cafeicultura no Estado

Augustus Faggion Filho, que representa a entidade no grupo de trabalho. A pauta do grupo está focada em buscar soluções para o endividamento rural, crédito de investimento e custeio, tributos, mão de obra rural, organização dos produtores, preço mínimo diferenciado, comercialização, diversificação e modernização da atividade.

Entraves X Propostas

Segundo o presidente da Comissão de Cafeicultura do Paraná, Walter Ferreira Lima, o plano foi desenvolvido para acontecer durante os próximos quatro anos. “É a partir daí que devemos começar a sentir os resultados e ver as transformações”, diz. De acordo com ele, o principal desafio é aumentar a rentabilidade do produtor de café do Paraná.

Esse comprometimento da renda se dá por muitos fatores, mas o principal é o alto custo de produção, que tem na mão de obra o insumo mais caro. “O salário mínimo regional do Paraná é o maior do Brasil [varia entre R\$663 e R\$765] e encarece a produção”, diz Faggion, da FAEP.

SEGUE na pg. 12 >>>>>

oltar Paraná?



WALTER FERREIRA LIMA, presidente da Comissão de Cafeicultura do Paraná



Fernando dos Santos

:: NA PRÁTICA

Unidades demonstrativas

Diffusão e transferência de tecnologia também estão contidas no plano. A Emater programou uma série de ações para 2011, entre as quais visitas técnicas às unidades demonstrativas onde as lavouras são mecanizadas e adequadas para o programa Safra 100 ou Zero, que consiste em deixar de fazer a colheita em uma safra para explorar todo o potencial produtivo da seguinte. O Coordenador Estadual Cadeia Café da Emater, Cilecio Abel Demoner, informa que o plano prevê a implantação de outras unidades demonstrativas em diferentes regiões cafeeiras do estado e que contemplem práticas de podas e substituição de lavouras.

CNA

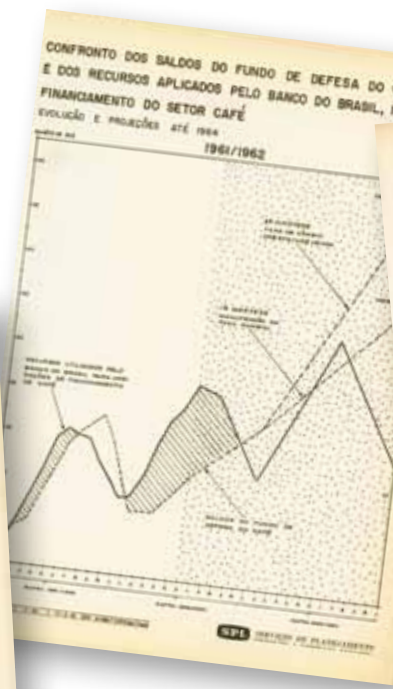
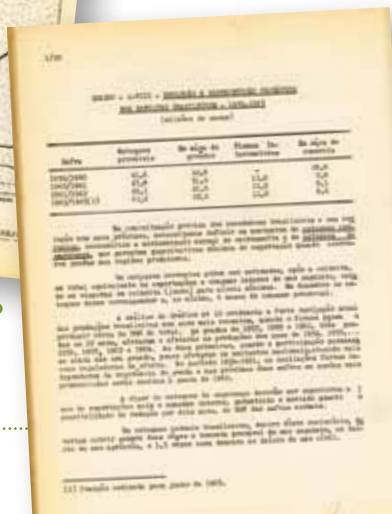


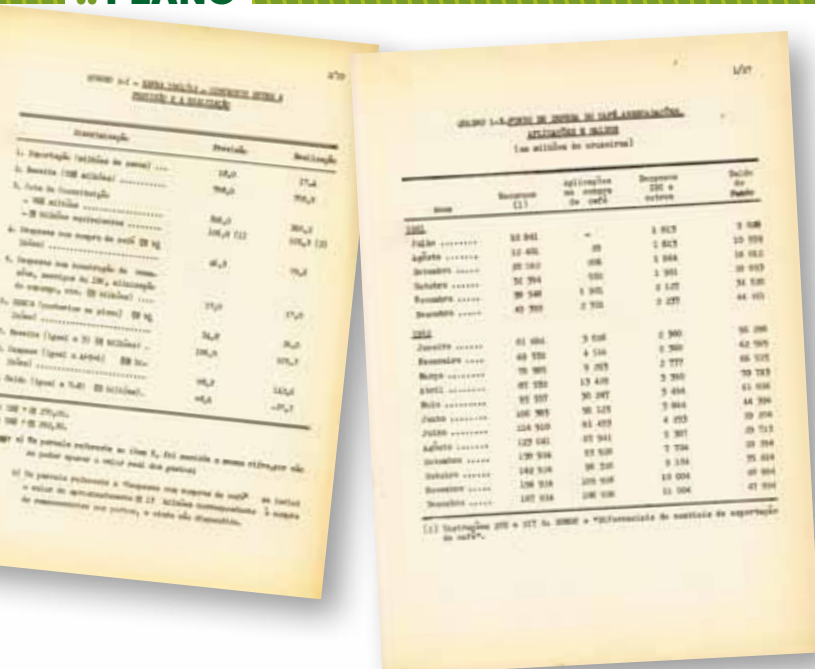
Plano de revitalização foi apresentado em Brasília, na CNA

Imagens cedidas pelo Centro de Informação do Museu do Café de Santos



Paraná era líder absoluto na produção à frente de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo





PRIMEIRAS VITÓRIAS

Em 2010, o governo do estado atendeu a reivindicação da FAEP e reduziu para 1% a tributação de ICMS tanto sobre o café vendido em coco quanto para o beneficiado. O Decreto 8746/2010 concede crédito presumido de 11% sobre o valor das saídas interestaduais. A nova alíquota deve ajudar os produtores na comercialização do produto, pois o número de compradores no estado é escasso. “O produtor acaba não podendo questionar a classificação nem o preço que querem pagar pelo seu produto, pois não tem concorrência”, esclarece Faggion.

A publicação da Instrução Normativa 16 do Mapa que regula sobre a qualidade do café torrado e moído, foi outra vitória. A IN 16 delega ao Ministério da Agricultura a função de fiscalizar a qualidade do produto final, medindo teor de impurezas, umidade e qualidade da bebida, através da análise sensorial. Ela foi suspensa por seis meses, em função da pressão da indústria, mas é mais um avanço para a cafeicultura.

A proposta do plano é substituir a mão de obra, incentivando a mecanização em algumas etapas da produção de café. Hoje, diz ele, o custo desse insumo na colheita varia entre R\$190 a R\$200 por saca, valor alto frente à baixa produtividade e ao baixo preço pago pelo produto.

A renegociação das dívidas contraídas pelos cafeicultores também norteia as propostas do plano. “Antes de tudo é preciso um trabalho de renegociação para que os produtores voltem a ter acesso ao crédito e possam investir em máquinas, por exemplo”, acredita Lima. O engenheiro da FAEP estima que o endividamento dos cafeicultores do estado ultrapasse R\$80 milhões. A partir da renegociação e acesso ao crédito será possível investir na mecanização da lavoura, no beneficiamento do café e na renovação do parque cafeeiro.



Cenário de pesquisa e tecnologia

FAEP levará seis mil produtores ao Show Rural de Cascavel



O Sistema FAEP vai promover a visita de seis mil produtores rurais na 23ª edição do Show Rural, que acontece em Cascavel, de 7 a 11 de fevereiro. Os agricultores estão divididos em 150 caravanas de todas as regiões do Estado. Está confirmada a participação de 120 Sindicatos Rurais. Além das caravanas, o Sistema FAEP terá um estande de apoio para orientação sobre as atividades e distribuição de materiais informativos sobre os cursos do SENAR-PR.

O Sistema FAEP participa do Show Rural desde a primeira edição do evento, em 1989, quando a disseminação de tecnologia e pesquisas no setor agropecuário era muito limitada. De acordo com um dos idealizadores do Show Rural, Rogério Rizzarde, que também é engenheiro-agrônomo e coordenador geral do evento, a ideia era reunir em um mesmo local: pesquisas, informações técnicas e lançamentos facilitando o acesso do produtor a estes dados e produtos. “Hoje temos a internet, que precisa avançar muito na área rural, mas há 20 anos a divulgação de dados era muito difícil. Com a criação do Show Rural conseguíamos reunir informações e facilitar o acesso à informação”, argumenta.

Rizzarde destaca o valor social da FAEP. “O Sistema está de parabéns por enxergar e acreditar nesta oportunidade que o agricultor tem de se atualizar, não só em termos de novas tecnologias voltadas para o aumento da produtividade nas propriedades rurais, mas também na aquisição de novos equipamentos. Aqui conseguimos reunir todos os fabricantes de maquinários, que trazem os últimos lançamentos e oferecem condições especiais de compra. Em alguns casos os descontos chegam a 30% dos preços de mercado. Além de conseguir o melhor preço o produtor pode avaliar qualidade técnica”, argumenta.

Nesta edição do Show Rural já foram confirmados 370 expositores. Só a Embrapa terá 20 estandes de centros de pesquisas. “O produtor está cada vez mais se profissionalizando e aperfeiçoando seu conhecimento técnico, este evento contribui muito para este aprimoramento”, finaliza Rizzarde.

Além de informações técnicas os visitantes encontrarão um espaço projetado por paisagistas para oferecer conforto e descanso. Os organizadores estimam que 160 mil pessoas visitem o evento, que é promovido pela Coopavel.

SERVIÇO:

Show Rural de 7 a 11 de fevereiro

Local: BR 277 KM-577

Horário: 8h às 18h, a entrada é franca.

SHOW RURAL EM NÚMEROS

- 370 expositores
- Estimativa de 160 mil visitantes
- 3 mil empregos diretos
- Estacionamento p/ 12 mil veículos
- Restaurante com capacidade de atender simultaneamente 4 mil pessoas
- Evento instalado em 72 hectares



Se eu morrer agora, tenho até que me sentir um privilegiado, pois está todo mundo rezando e torcendo por mim. Não posso me queixar se eu morrer, mas estou lutando para não morrer”

Lula me disse que não se deve fazer discursos nem tão curtos que possam escandalizar, nem tão longos que entristeçam”

JOSÉ ALENCAR, ex-vice presidente da República

Herança

:: A presidente Dilma Rousseff herdou do antecessor uma armadilha: a política de reajuste do salário mínimo (SM). (Valor Econômico)

Nossaaaaa!

:: O BNDES vai alugar um prédio de 23 andares, no centro do Rio de Janeiro, por R\$ 310 milhões. O contrato de cinco anos determina o valor de R\$ 128,00 por metro quadrado. (Globo)

R\$ 7 bilhões

:: Foi quanto os consumidores de energia elétrica pagaram indevidamente às distribuidoras de energia entre 2002 e 2009. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) se nega a ressarcir os consumidores.



Bons preços

:: A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) alertou que os preços mundiais do arroz, do trigo, do açúcar, da cevada e da carne seguirão altos ou registraram significativos aumentos em 2011, podendo replicar a crise de 2007-2008.

O PIB

:: O PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio deve crescer de 3,5% a 4% em 2011. O desempenho para este ano, porém, depende do tamanho da safra 2010/11, que é estimada pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura) em 151 milhões de toneladas, volume superior as 149,25 milhões de toneladas colhidas em 2010.



Café colombiano

:: Há perspectiva de uma safra apertada de café na Colômbia em 2011. Segundo a Federação Nacional dos Produtores de Café daquele país, a colheita na província de Antioquia - maior região produtora do país - pode recuar para um nível inferior a 2010 por conta das fortes chuvas que atingiram as lavouras do país.

Transgênicos

:: Considerando as culturas de soja, milho e algodão juntas, 25,8 milhões de hectares foram cultivados com sementes transgênicas na safra 2010/2011, a maior taxa de adoção de transgênicos da história da agricultura nacional. Na soja, três em quatro hectares usaram essas sementes.



:: A COLHEITA NA SAFRA DE NOTÍCIAS DA SEMANA

Haja frango!

:: Mais de seis bilhões de cabeças de frango serão alojadas no Brasil este ano. A produção projetada para o ano deverá ficar em torno de 12,9 milhões de toneladas. O Paraná é o estado que mais vem se destacando no setor, responsável por 25% do abate no país.



Haja imposto

:: A arrecadação federal - que inclui impostos, contribuições federais e demais receitas, como os royalties - somou R\$ 805,7 bilhões em 2010, o que representa um aumento real (após o abatimento da inflação) de 9,85% em relação ao ano anterior, segundo a Receita Federal informou nesta quinta-feira (20) a Secretaria da Receita Federal. Foi a maior da história.

Orgânicos

:: Três anos depois de aprovada, a regulamentação da produção de alimentos orgânicos segue a passos lentos. Apenas 5 mil produtores - de um total de 90 mil, conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - se cadastraram até dezembro. Para mais informações, ligue para (61) 3218 2413 ou escreva para orgânicos@agricultura.org.br.

Assentamentos

:: Dados coletados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) revelam que 38% do total de 924 mil famílias já instaladas em assentamentos da reforma agrária no Brasil não conseguem obter com seu trabalho sequer um salário mínimo por mês.

Laranjas

:: O último levantamento da safra de laranja 2009/2010, segundo a Conab, aponta para uma produção comercial de 297,5 milhões de caixas de 40,8 kg da fruta no estado de São Paulo. A área total plantada foi de 608,6 mil hectares. Do total comercializado, estimou-se que 82,7% tiveram como destino a indústria processadora de suco, e 17,3% o mercado in natura.

:: CURTAS

Acabou

:: O jornal "O Estado do Paraná" deixará de circular com sua versão impressa, anunciou seu proprietário Paulo Pimentel.

Patrulhas e pedágio

:: Durante a Assembleia da FAEP, segunda-feira (24), **Norberto Ortigara**, secretário da Agricultura, afirmou que serão criadas 60 patrulhas rodoviárias para auxiliar as prefeituras na recuperação e manutenção de estradas municipais. Ele disse também que o governo já está conversando com as Concessionárias sobre a questão dos pedágios.



Luz diferente

:: Até 2016, o Brasil vai deixar de comercializar lâmpadas incandescentes comuns e substituí-las por modelos de maior eficiência energética como a Lâmpada Fluorescente Compacta (LFC). Uma lâmpada fluorescente compacta de 20 W ilumina mais do que uma incandescente de 60 W e pode durar até dez vezes mais. É, porém, mais cara.

Festa

:: Será votado na Câmara Federal emenda constitucional que cria 7.816 vagas de vereadores em todo o país.

Imperialismo

:: Ainda que o Senado brasileiro venha a ratificar o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas EUA-Brasil (TSA, na sigla em inglês), o governo dos Estados Unidos não quer que o Brasil tenha um programa próprio de produção de foguetes espaciais com a Ucrânia, em Alcântara (MA). E pressionam os ucranianos. Eles temem o desenvolvimento de mísseis balísticos.

(Com os jornais e sites)



Peixes saudáveis

:: Alguns peixes de águas frias, como o salmão, a truta e a cavala, possuem níveis mais altos de ômega 3 e ômega 6, que apresentam comprovadamente efeitos redutores sobre os teores de triglicerídeos e colesterol sanguíneo humano. Mas as bravas sardinhas nadam em águas quentes e também possuem quantidades significativas de poliinsaturados, causando o mesmo efeito benéfico na saúde de quem as come.

Maridos!

:: "Quando criava os maridos, Deus prometeu às mulheres que os maridos bons e ideais seriam encontrados em todos os cantos do mundo...*

**E depois Ele fez a terra redonda...*



E deu zebra

:: Biólogos americanos discutem se as zebras são animais pretos com listras brancas ou um bicho branco com listras pretas. Consideram um dos mais insondáveis mistérios da natureza. Tem gente que garante que elas tem essas cores porque torcem pelo Botafogo.



Prato cheio

:: As içás, fêmeas das formigas saúvas, tem cerca de 30% de gordura e 15% de proteína. Prato comum entre os índios e adotado principalmente pelos habitantes do Vale do Paraíba, interior de São Paulo, ela é consumida pura ou com farinha. O escritor Monteiro Lobato era um apreciador do prato e comparava seu gosto ao caviar (prato típico da Rússia, feito de ovos do peixe esturjão). Se você quer experimentar, esta é a receita: ferver apenas o bumbum das formigas por cerca de 30 minutos. Após escorrê-las, deve-se levar ao fogo com gordura, mexendo sempre, até torrar. Depois, coloca-se farinha de mandioca ou de trigo. Bom apetite...

São Longuinho

:: O que você faz quando perde alguma coisa e não encontra de jeito nenhum? Uma simpatia brasileira típica é invocar o funcionário número um do Departamento Celestial de Achados e Perdidos:



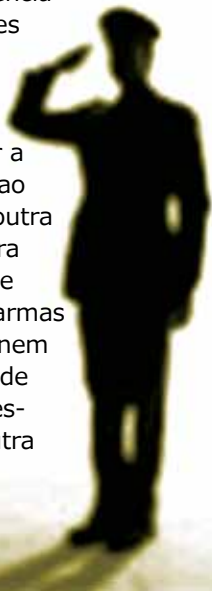
:: BEM NA FOTO

O celular do crocodilo



Um, dois..

⚡ A continência dos militares resulta do gesto medieval de levantar a mão vazia ao encontrar outra pessoa, para mostrar que não havia armas na mão, e nem a intenção de usar uma espada ou outra arma.



Lição

⚡ "Não eduque seu filho para ser rico; eduque-o para ser feliz. Assim, ele saberá o valor das coisas, e não o seu preço."

Aviso aos carecas

⚡ Não existe força física que relacione a Lua com o crescimento do cabelo. Mas, se o astro influi até nas marés, por que não acreditar que ele possa ajudar os fios da cabeça a crescer? Ocorre que os oceanos tem uma massa imensa e por isso são atraídos pelo satélite. Como a gravidade é proporcional ao peso, corpos levinhos, como nossas cabeças, sofrem bem menos seus efeitos.



São Longuinho. Só não se esqueça, quando o objeto reaparecer feito mágica, de agradecer dando três pulinhos - de preferência acompanhados de três gritinhos (e bem sozinho, para evitar gracejos e maledicências).

⚡ A jovem Rimma Golovko visitava o aquário Dnipropetrovsk, na Ucrânia, quando resolveu fotografar um simpático crocodilo do Nilo chamado **Gena**. Nisso, o celular caiu e o jacarezão "cráu", comeu o celular da Rimma. Ele continuou a tocar dentro da bariga do réptil até acabar a bateria. Rimma ficou inconsolável e queria de volta pelo menos seu chip com sua gorda agenda. Pacientemente a donzela aguarda a natureza agir e expelir pelas vias tradicionais o aparelho. Não se sabe quantos emails, torpedos e chamadas o crocodilo recebeu, mas dizem que ele adorou porque o vibrfone fazia cócegas. Na foto, **Dimitri Chernobyl**, depois de ser treinado por técnicos da TIM, Oi, Vivo e da ucrânia Vostokowsky tenta achar o celular. Boa sorte!



:: MOSAICO

Sabedoria

- ⚡ Se um dia você sair de casa e um pombo fizer cocô em sua cabeça, não se preocupe. Deus deu asas aos pombos e não às vacas.
- ⚡ Já que a primeira impressão é a que fica, use impressora a laser.
- ⚡ Errar é humano, atribuir o erro ao outro é estratégico!!
- ⚡ O sujeito estava tão endividado, mas tão endividado, que evitava chamar sua mulher de meu bem, com medo que o banco tomasse posse.
- ⚡ A vida não é só dinheiro, existe também cartão e cheque.
- ⚡ Avisem aos paus d'água de língua solta: se for dada uma pequena dose de bebida alcoólica a um escorpião, ele provavelmente ficará enlouquecido e cometerá suicídio com seu próprio ferrão.

Ancestrais

- ⚡ Uma garotinha pergunta a sua mãe:
 - Como é que se criou a raça humana?A mãe respondeu:
 - Deus criou Adão e Eva, eles tiveram filhos, e os filhos tiveram filhos, e assim se formou a raça humana.Dois dias depois, a garotinha faz ao pai a mesma pergunta. E o pai responde:
 - Há muitos anos, existiam macacos que foram evoluindo até chegarem aos seres humanos que você vê hoje.A garotinha, toda confundida, perguntou à mãe:
 - Mãe, como é possível que a senhora me diga que a raça humana foi criada por Deus e o papai diga que evoluiu do macaco?

E a mãe respondeu:

- Olha, minha querida, é muito simples: eu te falei da minha família e o papai falou da dele.



O agronegócio sob a tutela do Greenpeace

Convênio do Banco do Brasil concede certificação à ONG

Artigo do professor de filosofia na UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Denis Lerrer Rosenfield publicado no “Diário do Comércio” (30.12.2010), de São Paulo, mostrou que o BB (Banco do Brasil) vetará o crédito rural a fazendeiros de soja que estiverem plantando em áreas recém-derrubadas da floresta. O banco assinou um convênio com o GTS (Grupo de Trabalho da Soja) do Greenpeace e com Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Ou



seja, a partir de agora, o banco só libera o financiamento com o certificado do Greenpeace. “Imaginem o Banco do Brasil financiando apenas projetos de agricultura e pecuária a partir de uma certificação de ‘naturalmente’ corretos, fornecida pelo Greenpeace. Essa ONG viria a ter um poder enorme, cumprindo uma função de intermediação entre empresas e a instituição bancária (...)”, informou o artigo.

O objetivo imediato dessa ONG consiste em que outras instituições financeiras sigam o exemplo do BB, vindo, desse modo, a garrotar completamente o setor da agricultura e da pecuária, que passaria a depender de uma entidade global, hierarquizada internacionalmente, “vinculando também provavelmente interesses de empresas e entidades de outros países que competem com o agronegócio brasileiro”, diz o professor Lerrer.

VISITAS

Alemães e americanos vêm conhecer o Paraná

Fotos: Fernando dos Santos



No último dia 26, uma missão composta por 40 produtores alemães esteve na sede da FAEP, em Curitiba. Os visitantes vieram conhecer o trabalho da instituição e trocar experiências. A Pioneer, do grupo DuPont, foi responsável pela vinda dos produtores ao país. A empresa é uma das maiores fornecedoras de sementes do mundo, principalmente de milho. No Brasil é líder absoluta no mercado de híbridos de alta tecnologia. Durante o encontro, a economista do Departamento Técnico Econômi-

co da FAEP, Gilda Bozza, apresentou um panorama econômico do agronegócio no Estado.

Tio Sam

Nesta sexta-feira (4), será a vez dos norte-americanos conhecerem a instituição. Os visitantes são membros da diretoria executiva da Soybean Association, uma associação de produtores de soja do estado americano de Illinois. O objetivo é ver o estilo de produção paranaense, as técnicas utilizadas e fazer comparação de custos.

LUIZ RENATO LAZINSKI,
metereologista
do Inmet/Mapa



Chuvas & trovoadas

Como é o
controle
metereológico
no país

Diante da tragédia na Serra Fluminense o governo federal anunciou a criação de um sistema nacional de alerta e prevenção de desastres naturais, além da reestruturação da Defesa Civil brasileira. Segundo o governo, aproximadamente cinco milhões de brasileiros vivem em 500 áreas de risco de deslizamento e outras 300 propensas a inundações.

O governo anunciou um novo sistema de alerta para prevenir tragédias somente agora, depois da promessa feita há cinco anos pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No terceiro ano do governo Lula, em 2005, o Brasil foi um dos 168 países a se comprometer com as Nações Unidas a elaborar um plano de defesa prévia das populações na iminência de uma catástrofe ambiental.

Em entrevista a **Hemely Cardoso** do Boletim Informativo, o meteorologista do Inmet/Mapa Luiz Renato Lazinski criticou a criação do novo órgão para prevenir os desastres naturais. Há 26 anos atuando na área, Lazinski destacou a importância de novas pesquisas no sistema metereológico para melhorar o trabalho no campo.

SEGUE »»»»»

BI . Como funciona o sistema de controle meteorológico no Brasil e no Paraná?

Lazinski . O Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) é o órgão responsável pelas informações meteorológicas e climatológicas do país. Vinculada ao Ministério da Agricultura, a entidade mantém uma rede de estações meteorológicas convencionais e automáticas em todo o Brasil, que distribuem informações 24 horas por dia. O Inmet coleta todas as informações, seja de estações de superfície, boias marítimas, aviões, navios, estações de rádio sonda, entre outros. A partir disso, o instituto centraliza estas informações, faz uma previsão geral e distribui aos seus 10 distritos de meteorologia espalhados pelo Brasil. Após a centralização dos dados, eles são repassados aos outros Institutos Meteorológicos como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o Instituto Tecnológico Simepar e empresas privadas. O Inmet centraliza todas as informações meteorológicas do país e da América do Sul.

BI . Os equipamentos disponíveis nas instituições meteorológicas nacionais estão tecnologicamente atualizados em relação aos países desenvolvidos?

Lazinski . Nós temos equipamentos, super computadores, no entanto, existem poucas pessoas capacitadas para trabalhar na área. Só para se ter uma ideia, o Inmet deve ter uma média de 60 funcionários, mas deveria ter, no mínimo, 300 profissionais. Nós temos excelentes meteorologistas no Brasil, ao nível dos países mais desenvolvidos do mundo. Quando se compara a meteorologia há 20 anos, fica evidente que avançamos muito. A questão não é a tecnologia, mas a emissão dos dados. Precisamos melhorar a qualidade das nossas informações, principalmente, sobre os oceanos.

BI . Diante da tragédia na serra fluminense, o governo federal anunciou há algumas semanas a criação de um sistema que promete estancar o problema nessas áreas de risco. O que essa medida anunciada pelo governo acrescenta ao sistema meteorológico do país? Quais seriam as medidas imediatas?

Lazinski . Todos os anos a mesma cena se repete. Num ano morrem pessoas em desastres climáticos. Isso acontece no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas, todos os Estados. Mas bastou morrer centenas de pessoas na serra fluminense para que o governo anunciasse uma medida paliativa. Já existem órgãos capacitados, por que criar mais um se há a possibilidade de melhorar o que já existe?

Será que daqui a seis meses o povo brasileiro vai lembrar dessa tragédia e cobrar uma ação desse plano criado pelo governo? Nós também somos culpados porque não cobramos do governo, dos nossos políticos. Não adianta criar um órgão para monitorar uma área de risco sem um profissional na outra ponta. Nós precisamos capacitar a Defesa Civil. Promover treinamento de pessoal em todos os níveis: federal, estadual e principalmente municipal - este que vai fazer toda a mobilização, alertar a população. Quando existem previsões de curto prazo como tempestades, por exemplo, o aviso é enviado. Primeiro, a Defesa Civil é acionada, que distribui a informação aos outros órgãos. Os prognósticos mostram em qual área vai chover. Se você tem uma defesa civil bem treinada, você mobiliza em pouco tempo. Existe tempo hábil para isso.

BI . Hoje o produtor rural ou reza para chover ou reza para que não hajam enchentes? Quais os prazos, atualmente, baseados nos levantamentos do Inmet, que são possíveis de serem previstos na área rural?

Lazinski . O agricultor sempre rezou para chover ou não. A agricultura é uma indústria a céu aberto, depende exclusivamente das condições climáticas. Hoje o produtor consegue se planejar com as informações de clima. Por exemplo, nós tínhamos a previsão do El Niño no ano passado - período bastante chuvoso - então, o agricultor adaptou a cultura cultivada ao clima. Neste ano, ele já sabia do fenômeno La Niña - período muito seco

W Será que daqui a seis meses o povo brasileiro vai lembrar dessa tragédia e cobrar uma ação desse plano criado pelo governo? Nós também somos culpados porque não cobramos do governo, dos nossos políticos”



NOVA FRIBURGO: mais um janeiro de catástrofes

ou muito chuvoso - e atrasou o plantio da soja. Hoje o agricultor não planta mais em cima do escuro, como acontecia há 30 anos. Não há como mexer no clima, mas existe uma ideia de como vai ser pelos próximos meses, o que possibilita uma organização e planejamento no campo.

BI. A comoção diante das imagens da serra fluminense fez muita gente se mexer até por pressão da mídia. Como o senhor adiantou é preciso ter uma Defesa Civil ágil com um sistema de capacitação das comunidades e bons mecanismos de comunicação. No caso da agricultura, o que falta?

Lazinski. Nós precisamos melhorar a qualidade das informações. Apurar mais os dados vindos do Oceano Pacífico. Vale lembrar que há uma diferença entre colher informações do Hemisfério Sul e do Hemisfério Norte. No primeiro há mais água, fator que inibe a instalação de radares meteorológicos. Já no segundo, como existe maior proporção de terra, há mais equipamentos que facilitam o fluxo de informações. Como estamos no Hemisfério Sul, precisamos desenvolver estudos e realizar investimentos para permitir maior captação de dados. Com mais informações, o agricultor pode se prevenir, planejar adequadamente o plantio.

:: RADAR METEOROLÓGICO

O granizo sempre foi um entrave à produção de maçãs em Fraiburgo, a 400 Km de Florianópolis, em Santa Catarina. Para diminuir as perdas com o fenômeno meteorológico, os produtores da região se reuniram e introduziram na cidade um sistema de radar meteorológico. O modelo foi copiado da cidade de Mendonza, na Argentina, e introduzido pelos agricultores em 1989. Inicialmente, o sistema funcionava com o lançamento de foguetes russos para destruir as pedras de gelo antes que elas atingissem as culturas. O equipamento se autodestrói após atingir as nuvens e liberar iodeto de prata que dissolve o granizo. Hoje, o instrumento utilizado para destruir as pedras de gelo é o gerador de solo, que produz uma molécula complexa de iodeto de prata/cloreto de sódio. O combate é realizado em toda a região por uma empresa terceirizada, AGF (Associação de Granizo de Fraiburgo), e sustentado pelas empresas Agropel, Renar, Fischer e Pomifrai. A administração do sistema é feita por quatro técnicos de meteorologia. “Como qualquer outro método, esse modelo não é 100% eficaz. Mas o combate ao granizo está dentro da média”, avalia o meteorologista da AGF, João Luiz Valter Rolim.



Alterações na norma de máquinas e equipamentos agrícolas

Onde a nova regulamentação atinge o produtor

No final do ano passado, o Ministério do Trabalho alterou a NR - Norma Regulamentadora nº 12 - que trata de Máquinas e Equipamentos. Seu texto tem 74 páginas, mas o setor rural está inserido no anexo XI - MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PARA USO AGRÍCOLA E FLORESTAL.

O fato de Ágide Meneguette representar a FAEP e também presidir a Comissão Nacional de Relações de Trabalho e Previdência Social da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), foi fundamental para que ocorresse as negociações e as alterações propostas.

Dessa forma, numa análise preliminar para o setor rural, há cinco pontos principais:

1. A nova norma determina que máquinas e equipamentos agrícolas novos devem ser fabricados e vendidos com todos os itens de segurança, "não podendo ser considerados itens opcionais para quaisquer fins;"

2. Esclarece que a NR 31 (que trata da fiscalização) não obriga que todos os tratores e máquinas em atividade, fabricadas e vendidas regularmente aos agricultores - antes da vigência da NR 12 - sejam modificados ou reformados em razão das novas exigências ou inovações.

3. Exige do fabricante uma melhor proteção ao eixo cardã das máquinas, pois as vendidas atualmente são muito frágeis e não resistem sequer a exposição ao sol.

4. No seu corpo traz detalhamentos técnicos da NR 31 para melhorar as condições de segurança e saúde no trabalho e um glossário explicando para agricultores, empregados, sindicatos, fiscais, juizes, enfim, para todos os usuários de máquinas e equipamentos a definição dos termos técnicos descritos na norma.

5. Finalmente, exige um cronograma de implementação e seja objeto de revisão constante para atender à sociedade, corrigir eventuais falhas e implementar novas medidas.

AGROTÓXICOS

Anvisa anuncia a retirada de agrotóxico do mercado

As novidades sobre os derivados de metamidofós

O agrotóxico metamidofós utilizado para controle de pragas nas culturas de algodão, amendoim, batata, feijão, soja, tomate para uso industrial e trigo vai sair do mercado gradualmente, segundo a Resolução RDC 01/2011 da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), publicada em Diário Oficial no dia 17/01/2011.

A resolução determina:

1. 31 de dezembro de 2011 - cancelamento da comercialização;

2. 30 de junho de 2012 - proibição da utilização, com o cancelamento de todos os informes de avaliação toxicológica de produtos a base de metamidofós; e

3. 31 de dezembro de 2012 - cancelamento da monografia do ingrediente ativo metamidofós, mantida até esta data exclusivamente para fins de monitoramento dos resíduos.

De imediato, não serão autorizados novos registros de agrotóxicos à base de metamidofós, bem como não serão autorizadas novas importações do agrotóxico pelo Brasil.

Atualmente no Paraná há cinco produtos cadastrados na Seab (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná) com o agrotóxico metamidofós:

MARCA COMERCIAL	CULTURA (s)
METAFÓS (Milênia Agro Ciências S.A.)	Algodão, amendoim, batata, feijão, soja, tomate
METAMIDOFOS FERSOL 600 (Fersol Industria E Comercio Ltda)	Algodão, amendoim, batata, feijão, soja, tomate
METASIP (Sipcam Isagro S.A.)	Algodão, amendoim, batata, feijão, soja, tomate
STRON (NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACEUTICA S.A.)	Algodão, batata, feijão, soja, trigo
TAMARON BR	Algodão, amendoim, batata, feijão, soja, tomate, trigo

Fonte: Seab



BECKER e o tanque de 10 mil litros

O (bom) caminho das águas

Captação das águas das chuvas a baixo custo

É uma ideia boa e barata. O produtor rural e bioquímico Edelfonso Becker, 51 anos, de Mamborê, no Centro-Oeste do Estado desenvolveu um projeto de aproveitamento de água da chuva. Ele instalou o sistema há quatro anos na sua propriedade rural, a Fazenda Santa Rita, de 325 hectares, onde produz soja, milho e trigo e repetiu a dose na construção da casa na cidade. “O investimento é uma mixaria, insignificante se formos analisar a importância que temos que dar a preservação do meio ambiente”, comenta.

Na Fazenda de Becker o aproveitamento da água da chuva é feita pela captação nos telhados de um galpão de 600 m² e um estacionamento de 225m², que juntos abastecem um tanque de 10 mil litros. Assim são lavados os dois carros de assistência à lavoura, duas colheitadeiras, dois caminhões, dois pulverizadores, cinco tratores, duas plantadoras e duas semeadoras.

“Além da economia de tempo, diesel e do meio ambiente consigo fazer o trabalho de limpeza em uma hora e meia. Foi instalada uma bomba e a gente não precisa usar nem detergente só a pressão da água”, explica o responsável pela manutenção da propriedade Osmar Ferreira de Oliveira. Ele conta que antes deste sistema havia a necessidade da busca da água numa represa distante cinco quilômetros da propriedade. Lá ocorria também a limpeza com o pulverizador de veneno, o que representava riscos de contaminação.

A instalação do sistema de captação foi feita por Osmar em apenas uma semana. Além das calhas que captam a água da chuva, ele instalou um filtro na entrada do tanque. “A manutenção é simples é só manter o filtro limpo para evitar entupimentos”. Outra vantagem apontada é a manutenção do terreno em torno do galpão “sem goteiras a terra não sofre erosão e isto representa menos trabalho.”

Becker explica que em sua casa no centro de Mamborê, de 700 m², foi instalada uma caixa d’água de 10 mil litros. “Com a água da chuva vamos molhar a grama, lavar calçadas, carros, limpeza dos vasos sanitários e ainda abastecer a piscina. O excesso vai para a rede pluvial”.

LEGISLAÇÃO

No Sítio Santo Antônio, também em Mamborê, o proprietário Antônio Olipa, de 66 anos aponta mais uma grande vantagem na captação da água da chuva: “este sistema ajuda o produtor a cumprir a legislação ambiental, que define a preservação da mata ciliar e proíbe a captação de água na beira dos rios e córregos”. Olipa sempre produziu soja, milho e trigo nos 100 hectares e conheceu o projeto visitando a Escola Municipal Professora Elizabete das Neves Teixeira Fernandes, que também instalou o sistema e inscreveu a proposta no Programa Agrinho, em 2008. “O investimento é bem pequeno em relação aos benefícios, com a redução de 30% na conta de água e a certeza de que não ficamos sem água na propriedade, além é claro de contribuir para o meio ambiente”, diz ele.

No sítio foram instaladas duas caixas d’água uma de 15 mil e outra de três mil litros. Antes deste sistema Olipa tinha que buscar água no riacho Água Grande a 100 metros do galpão, “quando chovia era uma dificuldade para subir com o caminhão”. Outros produtores também acharam esse “caminho das águas”.

Terra Rica

O Sindicato Rural de Terra Rica tem uma nova diretoria. No dia 3 de janeiro foram empossados como presidente Osvil João Dandolini, vice-presidente Oswaldo Zanquete, primeiro-secretário Paulo Cesar Alves da Cruz, e o segundo secretário Alfredo dos Santos Pezini. O mandato da administração irá até 2014.



Maringá

O presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, tomou posse no dia 17 de dezembro de 2010. Ele foi reeleito ao mandato que termina em dezembro de 2013.



Primeiro de Maio

Para o triênio 2011-2014, José Saturnino Peres, presidente do Sindicato Rural de Primeiro de Maio, foi reconduzido ao cargo no dia 12 de janeiro. Para os três anos de gestão estão o vice-presidente Durval Renzi e o primeiro-secretário, Carlos Bondezan.



Pinhão

No dia 22 de dezembro de 2010, o presidente do Sindicato Rural de Pinhão, Geraldo Ferreira Almeida, foi reconduzido ao cargo para o triênio 2011 -2014. A chapa foi composta por Artur Mozart Martins, vice-presidente e Ciro Davi Brochini Delle, primeiro secretário.

Campo Mourão

Para o triênio 2011 a 2014, a diretoria reeleita do Sindicato Rural de Campo Mourão tomou posse no dia 4 de janeiro. A chapa foi composta por: Nelson Teodoro de Oliveira, presidente; Augusto de Oliveira Carneiro, vice-presidente; Nery



José Thome, primeiro-secretário; Luiz de Sá Polise-lli, segundo-secretário; Neuri José Dal Molin, primeiro-tesoureiro e João Carlos Fioresi, segundo-tesoureiro.



Quedas do Iguaçu

O presidente do Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu, Osmar Goin, tomou posse no dia 10 de dezembro de 2010. A diretoria reeleita permanece na administração até dezembro de 2013, e é formada pelo vice-presidente Alcides Antonio Brugnara, o secretário Roberto Wyzykowski e o tesoureiro Cosme Barp.



Manoel Ribas

⌘ O presidente do Sindicato Rural de Manoel Ribas, Sérgio Zanetin, tomou posse no dia 14 de janeiro. Na chapa reeleita, o vice-presidente Walter da Silva Ribeiro e o secretário Helio Romagnolo, permanecem na administração até dezembro de 2014. O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, participou da cerimônia.



Monte Castelo

⌘ No dia 5 de janeiro, o presidente do Sindicato Rural de Santa Cruz do Monte Castelo, Odair Galhardo, foi reconduzido ao cargo para o triênio 2011-2014.



Araruna

⌘ O presidente do Sindicato Rural de Araruna, Saulo Molina, foi reconduzido ao cargo no dia 14 de janeiro. Para o triênio 2011-2014, a diretoria reeleita é composta por: Estefano Bartchechen, vice-presidente e Vander Carlos Furlanetto, secretário. A solenidade teve a presença do diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia.

⌘ CURSOS

⌘ CORNÉLIO PROCÓPIO

Agrotóxicos

⌘ Um grupo de vinte trabalhadores da Destilaria Americana S/A, usina de cana-de-açúcar de Nova América da Colina, participou do curso de Apoio às Atividades Agrossilvopastoris (aplicação de agrotóxicos na lavoura), no início da segunda quinzena de janeiro. O curso foi uma parceria do SENAR-PR e o Sindicato dos Produtores Rurais de Cornélio Procópio. Segundo o instrutor Miguel Jorge Watfe Neto, os focos principais do curso são o uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual) e o debate em torno da Norma Regulamentadora NR 31.



⌘ IBIPORÃ

CTA

⌘ Esta é a agenda do CTA (Centro de Treinamento Agropecuário) de Ibiporã:
CURSO: Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares - de 21 a 23 de fevereiro.

CURSO: Trabalhador na Apicultura - de 22 a 25 de fevereiro.

As inscrições podem ser feitas no Sindicato Rural do seu município ou no escritório regional do SENAR-PR. Os cursos são gratuitos e as vagas limitadas. Somente trabalhadores rurais, produtores rurais e suas famílias (esposa, filhos e filhas) podem se inscrever nos cursos. Para a matrícula é necessário apresentar comprovante de vínculo com a atividade rural: uma cópia do último ITR (Imposto Territorial Rural) ao produtor rural e carteira de trabalho para o trabalhador rural, além de CPF e RG. Mais informações com Alex Sandra dos Santos (ctaib@senarpr.gov.br e (43) 32582533).

O Código e a "Folha"

Nada mais longe da realidade do que a colocação em manchete na Folha de São Paulo: "Revisão do Código Florestal pode legalizar área de risco e ampliar chance de tragédia". Quem se der ao trabalho de ler o relatório do deputado. Aldo Rebelo não achará em nenhum lugar esta colocação. Há, sim, colocações voltadas às ZONAS RURAIS utilizadas para a produção agropecuária, basta notar que cada cidade tem sua própria legislação de ocupação do solo urbano. Basta cumpri-la e no caso de seu não cumprimento, que se responsabilize as autoridades "in-competentes"! Aliás, observo que nunca vi isto ocorrer.

Sabemos que o que ocorre em zonas urbanas é bem diferente do que acontece em zonas rurais. Onde acontecem estes desastres? Hoje e cada vez mais, dado ao crescimento populacional, o grande problema ambiental do planeta está nas cidades e em seus entornos e não no campo.

Insisto que o Código Florestal precisa, sim, ser adaptado à realidade atual para que possa ser viabilizado e aplicado. Essa discussão deve ter um viés técnico e não emocional/político/ideológico, como tentam fazer os contrários, "misturando" fatos totalmente distintos, como ocorreu agora. Que se restabeleça a verdade e o bom senso, é o que pedimos. Atenciosamente

José Augusto Baldassari,
produtor rural do Paraná

Cama aviária

Recentemente, tive a oportunidade de ler a reportagem assinada pela repórter Christiane Kremer (Boletim da FAEP de ANO XXV Nº1121), sob o título "AS BOAS ALTERNATIVAS PARA A CAMA AVIÁRIA". Quero dizer que a repórter foi muito feliz em abordar esse tema e aproveitou o momento para parabenizá-la pela qualidade da reportagem. Trabalho com esse tipo de material desde de 1998, tenho uma indústria de fertilizantes organominerais em Mandaguari-Pr, onde utilizamos de esterco de galinha poedeira e cama de aviários, para a elaboração de nossos produtos. Hoje temos tecnologia de ponta, processando o esterco e deixando-o no formato peletizado (granulado) com matéria-prima da nossa região. Depois fazemos a mistura (formulações) desse esterco granulado com adubos minerais utilizados nas mais diversas culturas, como soja, milho, café, feijão, pastagem, etc. Os resultados no campo são fantásticos, a planta agradece a boa nutrição. Em 2011 devemos chegar a patamares de consumo de "esterco de aves" na ordem de 35.000 toneladas

Nós, da MINORGAN, temos ainda um projeto em andamento dando importância a uma correta destinação para o gesso. Esse produto, resíduo da construção civil, aguarda apenas a liberação ambiental do IAP e é uma inovação no Brasil. Ele nos orgulha, pois vamos ajudar o meio ambiente, retirando-o e ao mesmo tempo transformando em nutrientes para agricultura, pois o gesso fornece Ca (cálcio) e S (enxofre), dois elementos importantíssimos para agricultura.

Parabenizo a autora da reportagem, pois tocou num ponto que tem muita gente interessada e atenta para assuntos dessa natureza, principalmente produtores rurais.

Minorgan Fertilizante, Eng. Agr. Marcio H. Salvalgio

:: FUNDEPEC-PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/12/2010

HISTÓRICO CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	"FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS"	
	1 - 11	12						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00		15.676.743,36		2.341.952,64	-	22.315.850,62
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00		1.681.054,28		141.274,87	-	5.099.916,43
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00		1.676.326,05		-	-	3.158.284,20
Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00		72.532,03		-	-	126.117,03
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-		7.260,02		-	-	13.098,63
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00		89.068,88		-	-	126.171,29
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-		-		141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	19.341.665,71	**542.225,27	2.624.258,51	77.567,43	30.761.870,77
SALDO LÍQUIDO TOTAL								30.761.870,77

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º» 14/12/2000 » R\$ 500.000,00 | 2º 23/07/2001 » R\$ 2.000.000,00 | 3º» 04/09/2001 » R\$ 380.000,00 | 4º» 28/12/2001 » R\$ 2.120.000,00 | 5º» 21/05/2002 » R\$ 710.000,00 | 6º» 26/07/2002 » R\$ 2.000.000,00 | 7º» 16/12/2002 » R\$ 2.167.000,00 | 8º» 30/12/2002 » R\$ 204.000,00 | 9º» 08/08/2003 » R\$ 600.000,00 | 10º» 08/01/2004 » R\$ 400.000,00 | 11º» 30/12/2004 » R\$ 1.300.000,00 | 12º» 01/12/2005 » R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*) | 3) Setor de Bovídeos (**) a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27 b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27 | 4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC-PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001

Crédito rural

FAEP obtém adequação de regras do Banco do Brasil



Desde o início de janeiro as agências do Banco do Brasil começaram a observar as novas regras relativas às exigências de comprovação do Licenciamento Ambiental, Outorga de Uso de Água e Averbação da Reserva Legal para as contratações de operações de crédito rural (custeio e investimento).

A FAEP entrevistou junto a superintendência do Banco do Brasil para adequar as novas exigências para as operações de crédito rural. Confira as mudanças:

Licenciamento Ambiental

Estão dispensadas de licenciamento ambiental as operações de Custeio, Investimento e Comercialização e o BB não fará exigência da comprovação da Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE), com exceção das atividades de Piscicultura, Avicultura e Suinocultura. Para essas atividades o BB seguirá a Resolução nº. 51/2009, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná (Sema). Mas os empreendimentos listados a seguir, em função de seu reduzido potencial poluidor/degradador, são passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE:

- Os empreendimentos de avicultura, com área construída em confinamento de no máximo 1.500m² em área rural;
- Os empreendimentos de piscicultura, com área de 10.000m² de uso não comercial, incluindo lazer ou paisagismo;

- Os empreendimentos de suinocultura com até 10 animais em terminação ou até 03 matrizes, com o sistema de criação de confinamento ou mistos.

Reserva Legal

A partir de 12 de junho deste ano, a apresentação da Averbação da Reserva Legal ou Adesão ao Programa Mais Ambiente do Governo Federal (Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais) será obrigatória, inclusive para obtenção do financiamento agropecuário junto ao Banco do Brasil. Até essa data, continuará sendo aceita uma declaração do proponente em relação ao imóvel beneficiado com o crédito. Para financiamentos solicitados até a data de 12 de junho de 2011 o Banco do Brasil está exigindo uma declaração individual declarando que:

- A área beneficiada com o financiamento não esta localizada em área de Reserva Legal;
- É de conhecimento a exigência de averbação da Reserva Legal à margem da inscrição de matrícula do imóvel no registro de imóvel competente;
- E que a partir de 12/06/2011, para obtenção de financiamento junto ao BB, será necessária a apresentação da comprovação da Averbação da Reserva Legal do imóvel beneficiado com o Crédito ou o Termo de adesão ao Programa mais Ambiente (Decreto Federal nº. 7.029/2009).

As novas exigências decorrem, segundo informações da Superintendência do BB do Paraná, da necessidade de resguardar o Banco do Brasil:

- Corresponsabilização por eventuais danos ambientais ocasionados por empreendimentos financiados;
- Contribuir na mitigação de riscos legal e de imagem;
- Ratificar a postura de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil.

Caso haja mudança na lei nº. 4.771/65 (Código Florestal) ou no decreto nº. 7.029/2009 (Programa Mais Ambiente) alterando o prazo para averbação da reserva legal, a situação muda.

****Confira no site da FAEP (www.sistemafaep.org.br) outros empreendimentos que ficam dispensados de Licenciamento Ambiental.

A verdade morro abaixo



* ALDO REBELO é deputado federal e foi relator do novo Código Florestal

O deputado Aldo Rebelo, relator do novo Código Florestal, rebate o Jornal "Folha de S. Paulo" e ONGs

Não é o Código Florestal Brasileiro que guarda relação com os fatos ocorridos na Região Serrana do Rio de Janeiro, como faz acreditar a matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, edição de 16 de janeiro (Revisão do Código Florestal pode legalizar área de risco e ampliar chance de tragédia).

A Lei Federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano - e que sequer foi mencionada na matéria - é o marco legal ao qual a matéria deveria se reportar.

É preciso deixar claro que o Código Florestal vigente no País e as mudanças em andamento na Câmara dos Deputados tratam apenas da ocupação de módulos rurais, deixando a questão urbana para a legislação específica.

Tanto o atual Código Florestal quanto o projeto por mim relatado apenas reproduzem dispositivos que destacam a diferença entre áreas destinadas à atividade rural daquelas indicadas para uso urbano, ou daquelas caracterizadas por uso urbano.

Encostas

A Lei federal estabelece que são os pla-

nos diretores municipais ou leis municipais que indicam as áreas destinadas a loteamentos e ocupações. A norma também proíbe o parcelamento do solo em regiões que ofereçam algum risco às atividades humanas, como "terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes" (art. 3).

O atual Código Florestal, que considera como Áreas de Preservação Permanente as encostas acima de 45° de declividade, não abrange as áreas indicadas na matéria.

E o projeto de lei que tramita na Câmara não altera esse dispositivo - compare as redações:

Artigo 10 do Código Florestal atual: Não é permitida a derrubada de florestas, situadas em áreas de inclinação entre 25 a 45 graus, só sendo nelas tolerada a extração de toros, quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

Artigo 12 do Projeto de Lei: Não é permitida a conversão de floresta nativa situada em áreas de inclinação entre 25° (vinte e cinco graus) e 45° (quarenta e cinco graus) para uso alternativo do solo, sendo permitido o manejo florestal sustentável.

Não é verdade, portanto, que "o novo código libera" construções acima de 45° graus. Os autores da matéria deixaram de notar, por desleixo intelectual ou má-fé, que muitos pontos criticados em meu projeto de lei foram copiados literalmente da versão atual do Código. Os fraudadores haverão de explicar porque não os criticam na lei em vigor. A explicação é simples, embora humilhante: não leem, não pesquisam, portanto não sabem o que dizem.

A matéria se aproveita da tragédia para tentar criar dificuldades no aperfeiçoamento de uma legislação anacrônica, que coloca hoje na ilegalidade quase 100% das propriedades rurais do País, principalmente as pequenas, onde vivem e trabalham milhões de brasileiros"

E mais. Tanto o atual Código Florestal como o projeto de lei que o altera especificam que, na inclinação acima de 25° e até 45° (quando começa a Área de Preservação Permanente), a única atividade permitida é o manejo florestal. O uso do solo para fins agrícolas nessas áreas relaciona-se apenas com a silvicultura, nada mais.

Topos de morros

No caso dos topos de morros, a matéria também veicula informações erradas.

O jornal não informa que a Lei federal nº. 6.766/79 não permite o parcelamento do solo em "terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação" (art. 3). A legislação florestal também não permite e, tanto o Código Florestal atual quanto o projeto de lei são idênticos nesse aspecto:

Código atual: Art. 2º. Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: e nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.

Projeto de lei: Art. 4.º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, pelo só efeito desta Lei: V - as encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.

A ilustração da Folha sobre esse tema também é simplista e equivocada. A casa idealizada pela Folha não seria permitida nem pelo atual Código, nem pelo projeto de lei em tramitação.

Há duas falhas no desenho: parte da casa está numa encosta com mais de 45°; e, por estar numa formação de tabuleiro, a mesma só poderia ser construída no limite de 100 metros antes da linha de ruptura.

Se, dentro de uma estreita possibilidade de se explorar o topo de morro para fins agrícolas, viesse tal área a ser inserida na zona urbana, e caso se pretendesse lotear e edificar a mesma, isso não seria permitido. Para atividade rural, sim, mas para fins urbanos, há proibição expressa, o que demonstra a impossibilidade de ocupação humana dessa área.

Ainda assim, houvesse qualquer dúvida de que as metragens e salvaguardas não fossem suficientes, tanto o atual Código Florestal quanto o projeto de alteração do mesmo permitem que o presidente da República, o governador ou o

prefeito, por simples decreto, transformem qualquer área em Área de Preservação Permanente. Compare-se:

Código Florestal atual: Art. 3º. Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas: a) a atenuar a erosão das terras; (...) h) a assegurar condições de bem-estar público.

Projeto de Lei: Art. 6º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas pelo Poder Público em decreto que delimite a sua abrangência, por interesse social, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinada a uma ou mais das seguintes finalidades: I - conter a erosão do solo; (...) III - proteger várzeas; (...) VII - assegurar condições de bem-estar público.

Lamentavelmente, a matéria se aproveita da tragédia para tentar criar dificuldades no aperfeiçoamento de uma legislação anacrônica, que coloca hoje na ilegalidade quase 100% das propriedades rurais do país, principalmente as pequenas, onde vivem e trabalham milhões de brasileiros.

O tipo de denúncia promovido por certos consultores e organizações não governamentais e acolhidos por jornalistas desavisados transforma-se em macarthismo ambiental, à semelhança da campanha contra os comunistas promovida pelo senador Joseph McCarthy nos anos 50, nos Estados Unidos, cuja ação dispensava qualquer tipo de prova ou verificação.



Arquivo

Liberado o CCIR 2006 a 2009 para grandes propriedades

As mudanças do Incra para áreas de 500 hectares ou mais

A reivindicação da FAEP desobrigando os proprietários rurais providenciarem o georreferenciamento, em qualquer caso de atualização cadastral, foi revogada por nova Instrução Normativa (66/2010) do Incra, publicada no Diário Oficial da União do último dia 10. Assim, o proprietário rural, com área total igual ou superior a 500 hectares (206,61 alqueires paulistas), que não conseguiu emitir o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) 2006/2007/2008/2009 do INCRA não está mais obrigado a apresentar planta e memorial descritivo, de acordo com a Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Tais casos ocorriam por motivo de bloqueio (inibição) no momento da obtenção de um financiamento agrícola, por exemplo.

Agora, para liberar seu CCIR basta preencher os três formulários cadastrais exigidos pelo INCRA, anexando matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis e cópia da Carteira de Identidade e do CPF.

O georreferenciamento do imóvel rural para área superior a 500 hectares somente deverá ser apresentado nos casos de imóveis rurais com área registrada em Cartório de Registro Imóveis, que trate de desmembramento, remembramento, parcelamento ou qualquer outra situação de transferência de domínio do imóvel rural. E também aquelas originadas de autos judiciais tais como usucapião, divisões, partilhas, inventários, em que o georreferenciamento do imóvel já é exigido na forma da Lei nº. 10.267/2011, regulamentado pelo Decreto nº. 4.499/2001, com alteração pelo Decreto nº. 5.570/2005.

Informações adicionais no Departamento Sindical com:

LUIZ ANTONIO FINCO

luz.finco@faep.com.br | fone (41) 2169-79-58

ALTEVIR GETULIO DE GÓES

altevir.goes@faep.com.br | fone (41) 2169-79-57

Arquivo



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br
site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santaroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santaroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Cordenação de Comunicação Social
Cynthia Calderon

Redação
Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Simon Taylor | Ctrl S Comunicação
www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial.
Pede-se citar a fonte.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná | CONSELEITE-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 01/2011

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 18 de janeiro de 2011 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Dezembro de 2010 e a projeção do preço de referência para o mês de Janeiro de 2011.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Dezembro/2010 calculado segundo meto-

dologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contido no Anexo I do Regulamento; e o preço projetado de referência do mês de Dezembro (contido na Resolução 12/2010 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) | POSTO PROPRIEDADE* | DEZEMBRO/2010

Matéria-prima	Valores projetados 14/Dezembro/2010	Valores finais Dezembro/2010	Diferença (final - projetado)
I - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,7584	0,7625	0,0041
II - Leite Padrão - Preço de referência	0,6595	0,6630	0,0035
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,5995	0,6027	0,0032

(*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Janeiro de 2011, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Janeiro/2011, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão contidos no Anexo I do Regulamento, e os valores finais de referência do mês de Dezembro/2010, são apresentados a seguir:

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) | POSTO PROPRIEDADE* | DEZEMBRO/2010 E PROJETADOS PARA JANEIRO/2011

Matéria-prima	Valores finais Dezembro/2010	Valores projetados Janeiro/2011	Diferença (Projetado - final)
I - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,7625	0,7378	- 0,0247
II - Leite Padrão - Preço de referência	0,6630	0,6416	- 0,0214
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,6027	0,5833	- 0,0194

(*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Janeiro de 2011 é de R\$ 1,2520/litro.

Curitiba, 18 de janeiro de 2011.

RONEI VOLPI
Presidente

WILSON THIESEN
Vice-Presidente

Complexo de Jeca



José Roberto de Toledo | O Estado de S. Paulo

Quando pensa em população rural, qual imagem lhe vem à cabeça? A de alguém carpindo o chão em plagas distantes? A de um caboclo cutucando o bicho-de-pé na porta da tapera? Como diria aquele velho mote publicitário, você precisa rever os seus conceitos.

A diferença entre rural e urbano no Brasil tem mais a ver com regras municipais de ocupação do solo e cobrança de impostos do que com estilos de vida ligados à lavoura.

O Censo não tem critérios próprios para diferenciar uma coisa da outra. Usa o perímetro urbano, uma linha imaginária traçada por governos municipais segundo idiosincrasias locais. Pela falta de padronização, é de pouca serventia para extrair conclusões de âmbito nacional.

Na Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, Sapezal é um dos maiores centros produtores de soja do mundo e empata com a média brasileira em população rural: 16%. Dos seus 18 mil habitantes, quase a metade chegou nesta década, atraída pelo boom econômico. Os recém-chegados se instalaram na área urbana e se ocuparam no ramo de serviços. Uma minoria dirige tratores.

Ribeirão Preto é o município mais urbano que São Paulo: só 0,3% da população mora na área rural, contra 1,1% dos paulistanos.

Do ponto de vista da ocupação da mão de obra, o agronegócio é cada vez menos rural. Mesmo quem trabalha no campo, sempre que pode, vai morar na cidade. As pessoas querem estar perto da escola, do comércio, querem se conectar à internet, falar pelo celular.

O caipira trocou o cavalo e a charrete por veículos motorizados. A distância salarial do interior para as capitais ainda é grande, mas já foi maior. Em 2009, o salário médio de um empregado registrado em Ribeirão Preto era R\$ 1.519, contra R\$ 2.109 em São Paulo.

Associar o rural exclusivamente ao atraso é que é atrasado. O Brasil precisa se livrar do complexo de Jeca Tatu,

de ter vergonha de ser o mais eficiente produtor agrícola do mundo.

Se chegou a essa condição, não foi só pelo solo, clima e extensão. Mas pelas pessoas que desenvolveram conhecimento científico em núcleos de excelência como a Embrapa e o Centro de Tecnologia Canavieira.

É uma combinação que não existe em nenhuma outra parte do planeta, não na escala brasileira. É certo que o país não deve só plantar, criar e extrair, mas ignorar essas vantagens competitivas, não investir nelas, é tão avançado quanto carpir e cutucar o bicho-de-pé.

** Esse texto do autor foi editado por questão de espaço.*

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável